

A primazia mercantil e monetária da Sereníssima República de Veneza na Europa nos séculos XIII e XV

The monetary and mercantile primacy of the Most Serene Republic of Venice in the thirteenth and the fifteenth centuries

MAURÍCIO MÉDICI METRI | mmetri@terra.com.br

Professor Adjunto do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, Brasil.

Recebimento do artigo 10-jul-12 | **Aceite** 20-out-12

Resumo A Sereníssima República de Veneza dominou o jogo da acumulação acelerada de riqueza na Europa, sobretudo o comércio de longa distância, durante os Séculos XIII e XV. Nesse contexto, sua moeda alargou seu espaço de validade, alcançando outras zonas do tabuleiro europeu e do Mediterrâneo. O presente trabalho tem como objetivo analisar como Veneza construiu sua primazia mercantil e monetária características daqueles séculos. Para tanto, seria enganoso supor que esta superioridade e domínio tenha ocorrido à revelia de um processo de acumulação de poder inerente à problemática da guerra e da paz própria daqueles tempos. A perspectiva a ser explorada é a de que a história veneziana evidencia o papel da geopolítica e de sua estratégia ancorada em seu poder naval para aproveitar e criar as oportunidades no tráfico de longa distância, assim como interpretar, por meio da geografia monetária do medievo, a primazia de sua moeda no espaço europeu e do Mediterrâneo, em especial, nos séculos XIII e XV. **Palavras-chave** Veneza, Idade Média, acumulação de poder, comércio de longa distância e moeda internacional.

Abstract The Most Serene Republic of Venice dominated the accumulation of wealth in Europe, particularly the long-distance trade, a long of the thirteenth and the fifteenth centuries. In this context, its money of account has extended its area of validity, reaching other areas of the board of the European and Mediterranean. The present work aims to analyze as Venice built its primacy mercantile and monetary characteristics of those centuries. To do so, it would be misleading to assume that this superiority and mastery has occurred in absentia of a process of accumulating power inherent in the problem of war and peace. The prospect to be

explored is that the Venetian history highlights the role of geopolitics and strategy anchored in its naval power to seize and create opportunities in long distance traffic, and interpret, through monetary geography of the Middle Ages, the primacy of its money account in Europe and the Mediterranean, especially in the thirteenth and fifteenth centuries.

Keywords Venice, Medieval Times, power accumulation, long-distance trade and international money.

Introdução

No espaço europeu, ao longo dos séculos XI a XV, foram basicamente as cidades italianas as mais bem sucedidas experiências no que diz respeito ao processo de acumulação *acelerada* de riqueza, com destaque para Veneza, Gênova e Florença. No que se refere à dimensão do poder, a experiência dessas cidades não foi a mesma daquela observada na maior parte da Europa Ocidental, onde a conquista de territórios e a incorporação de populações estiveram na base dos processos de fortalecimento da autoridade central e de concentração de poder, cujo resultado foi a formação dos primeiros Estados Territoriais.¹ Ao contrário, preservaram-se pequenas em termos territoriais, o que não impediu que dominassem o comércio com o Oriente e o “jogo” monetário-financeiro em pleno desenvolvimento.

Poder-se-ia considerar que tais experiências apontam para uma contradição à ideia de que o *poder* se constituía num dos mais importantes meios à acumulação de *riqueza* ao longo daqueles séculos, através principalmente das ações militares. Porém, ao se observar mais detidamente essas experiências, nota-se que tal contradição limita-se a uma análise superficial. As dinâmicas de acumulação de riqueza característica dessas cidades estiveram ligadas diretamente à geopolítica da época, em geral, por meio da autoridade central a que estavam submetidas ou, então, com que possuíam vínculo político efetivo.

No caso de Veneza, a Sereníssima República promoveu durante os séculos X a XV uma estratégia baseada sobretudo no desenvolvimento de sua esquadra e no domínio de um sistema de bases navais e de entrepostos comerciais distribuídos pelo Mediterrâneo, principalmente em sua porção oriental. Assim, logrou monopolizar a navegação e os fluxos comerciais no Adriático e disputar as zonas estratégicas do comércio de longa distância no Mediterrâneo.² Para tanto foi decisivo

1 Ver Elias (1939), Tilly (1996), Perroy (1953b) e Fiori (2004).

2 “A strong navy magnified Venetian power by enabling it to control vital channels of oceanic communication. Naval power did much to ensure the autonomy of the Venetian state, which was able to maintain its independence until the Napoleonic invasion of Italy during the late eighteenth century.” (Baskin & Miranti, 1997: 47).

sua relação política com o Império Bizantino, pois, fixada desde muito cedo como parte efetiva do Império, conquistou posições privilegiadas.

No início do Século XIII, atuou em conjunto com o papado de modo a manobrar a IV Cruzada (1204) em direção às Cidades cristãs de Zara e Constantinopla (rica capital do Império Bizantino). Depois das conquista e do saque, Veneza exigiu como contrapartida de seus esforços o monopólio comercial da Capital do recém-fundado Império Latino de Constantinopla. Estavam postas as bases de sua primazia mercantil e monetária durante o Século XIII.³ Com a restauração do Império Bizantino, após a expulsão das forças cruzadas de Constantinopla em 1261, Veneza entrou num período de intensa disputa com Gênova pelas posições estratégicas do comércio distante no Mediterrâneo Oriental. Depois de um longo período de sucessivas guerras entre as duas cidades (1257-70; 1293-99; 1350-55; 1378-81), Veneza despontou no Século XV como a grande Senhora do Mediterrâneo, reafirmando, com base no poder de sua esquadra, sua primazia mercantil e monetária.⁴

Nesse contexto, o objetivo é analisar como o poder da Sereníssima República de Veneza atuou de modo a: construir uma primazia, nos Séculos XIII e XV, no comércio de longa distância com o Oriente; e lograr impor sua moeda para além de suas fronteiras de origem.

Do ponto de vista da *primazia mercantil*, foram diversas as formas em que a autoridade central veneziana atuou de modo a estruturar o comércio de longa distância conforme as conveniências e interesses estratégicos da República, como será visto na Secção 4.

Do ponto de vista da *primazia de sua moeda*, esta será interpretada à luz da geografia monetária característica da Europa entre os Séculos XI-XV, resultante da configuração política do espaço em análise, tema da Secção 5. Essa geografia compunha-se de três diferentes níveis. O primeiro corresponde aos espaços monetários individuais, cada um com sua própria moeda de conta, cujas fronteiras seguiam exatamente o alcance dos instrumentos de tributação, coerção e violência

3 Janet Abu-Lughod escreveu sobre essa situação favorável de Veneza no início do século XIII: “She [Venice] excluded Genoa and Pisa, her arch rivals, from her hegemonic domain, which now stretched from the Caspian and Black Seas on the north to the Levant, through the eastern Mediterranean and its islands, up the Adriatic and, overland, beyond the Alps into Germany and the North Sea. This, when added to her continuing Egyptian connection, made Venice the dominant force controlling European access to the spices and silks of Asia. (...) As a result the thirteenth century was a period of Venetian efflorescence at home – in culture, in politics, in industry (particularly shipbuilding and transport), and in business.” (Abu-Lughod, 1989: 111).

4 “Nesse final do século XIII, quem não apostaria dez contra um na vitória iminente e total da Cidade de São Jorge [Gênova]? A aposta teria sido perdida. Veneza acabará por triunfar.” (Braudel, 1986: 95).

de uma determinada autoridade soberana. O segundo nível dessa geografia se constituía no conjunto das ilhas (de moedas de conta) circunscritas e contíguas, que formavam um mosaico monetário, responsável pelas oportunidades de enriquecimento financeiro através da circulação e compensação de letras de câmbio. O terceiro nível da geografia em análise é composto pelos mais importantes circuitos de comércio de longa distância dos séculos XI-XV que estiveram, de alguma forma, em contado com o circuito europeu: uma área que abrangia a massa eurasiática, além do Norte da África e de parte da Oceania. Nesse espaço, as relações de troca se pautavam pela *lógica mercantil-monetária da navegação de cabotagem de longa distância*, ou seja, numa operação casada entre exportação e importação intermediada pela moeda local.⁵

Por fim, na sexta e última secção antes da conclusão e da bibliografia, é analisada a história monetária de Veneza à luz da geografia descrita anteriormente, de modo a identificar a natureza cartal de sua moeda e o alcance de sua expansão para além de suas fronteiras de origem. Como o conceito de moeda de que se parte está constitutivamente ligado aos instrumentos de coerção e violência física, via tributação⁶, os processos de acumulação e expansão de poder em escala “internacional” são determinantes para as feições que assume a circulação monetária nesses espaços. Porque essas unidades políticas atuam orientadas pelo processo contínuo de acumulação de poder⁷, de modo a hierarquizar o conjunto do sistema do ponto de vista político e econômico, os movimentos expansivos bem sucedidos da unidade vitoriosa implicará, também, na expansão, por imposição e força, do espaço de circulação e de validade da moeda por ela proclamada.

O Tráfico Veneziano

Assim como em outras regiões da Europa Ocidental durante as Idades Médias Plena e Tardia, o enriquecimento de parte dos nobres venezianos esteve associado às atividades militares de sua Sereníssima República, sobretudo para o caso dos mercadores que atuavam no comércio de longa distância, os futu-

5 “Nessa cabotagem de longas distâncias, uma dada mercadoria comanda uma outra, esta vai à frente de uma terceira e assim sucessivamente.” (Braudel, 1979b: 198).

6 Como sugerido por Knapp (1905).

7 Como sugerido por Elias (1939) e Fiori (2004).

ros banqueiros. Desde muito cedo e nos momentos de maior glória inclusive, os venezianos se utilizaram amplamente do poder de sua esquadra naval para criar oportunidades para a realização de lucros extraordinários.⁸

Uma primeira forma de se observar este papel central do *poder* no sucesso dos negócios venezianos diz respeito às ações de saque, pirataria e proteção. A acumulação de riqueza através do comércio longínquo era inimaginável sem o apoio das armas. A pirataria contra qualquer embarcação de bandeira estrangeira era uma prática generalizada, da qual nenhum mercador abria mão, fosse ele veneziano, genovês, pisano, ou da Dalmácia. A navegação mercantil precisava ser acompanhada de perto pela esquadra, do contrário, os riscos da empreitada cresciam sobremaneira.⁹

O uso do poder naval, contudo, não se restringiu a isto. “Venetians, too, were often willing to use force to extend the scope of, and gain advantage for, their trade.” (Dotson, 2001). O apoio marítimo militar prestado pelos venezianos a outras estruturas de poder, especialmente ao Império Bizantino, foi quase sempre a principal moeda de troca para a conquista de privilégios e vantagens comerciais. Este foi certamente o aspecto mais característico da atuação do poder veneziano como principal meio para a multiplicação acelerada da riqueza, sobretudo de seus mercadores. Assim, os direitos reivindicados quando das vitórias, na maioria das vezes, não assumiam a forma de ocupação das terras conquistadas, mas, sim, do acesso, de preferência exclusivo, às zonas mais nobres do comércio de produtos do Oriente, apesar de não terem sido os únicos direitos pleiteados.¹⁰

8 Para Dotson, a idéia chave é a de que para Veneza: “War and trade were very often closely interlinked activities.” (Dotson, 2001); ou, de um perspectiva mais geral, para Abu-Lughod, “(...) the success of the Italian merchant fleets depend in the last analysis upon how well fared in the marine war of all against all.” (Abu-Lughod, 1989: 113).

9 “Given the endemic war on the high seas, no merchant shipping was very safe without the organization of convoys protected by warships, backed by the full power of the ‘state.’” (Abu-Lughod, 1989: 113). Para Baskin e Miranti, “Venice’s success derived from its ability to use its substantial naval power to negotiate advantageous concessions for its entrepôt trade from its Asian trading partners.” (Baskin & Miranti, 1997: 35).

10 Além do caso da IV Cruzada (1204), outro exemplo dessa estratégia pode ser citado. “Obrigado como era a fazer frente à ameaça normanda nos Balcãs, Aleixo [Imperador Bizantino] dirigiu-se a Veneza, obtendo o auxílio da sua frota; em contrapartida, deu aos venezianos privilégios sem precedentes: o direito de comerciar livremente em todo o território do Império, incluindo a área econômica de Constantinopla, com seus armazéns e os seus embarcadouros, e com o direito de abrir estabelecimentos próprios. Além disso, os venezianos obtiveram a isenção dos 10% de impostos que os mercadores bizantinos tinham de pagar ao Estado pelo transporte e a venda de mercadorias. Assim, os venezianos vieram a encontrar-se automaticamente em posição privilegiada relativamente aos seus colegas bizantinos. (...) Já antes do século X os venezianos tinham obtido privilégios. Neste tempo, eles vinham a Constantinopla para efectuar operações de compra e venda com os mercadores bizantinos. Ora, em 1082, obtinham pela primeira vez o direito de fazer concorrência direta aos comerciantes bizantinos da capital, e de fazê-la até em condições privilegiadas. Esta é

Seu poder naval foi também utilizado para afastar ou subjugar potenciais ou efetivos concorrentes, além de defender o interesse de seus mercadores em regiões distantes.¹¹

A “aliança entre o poder e a riqueza” pode ser percebida na política da Sereníssima República em relação às suas Galeras de Mercato. Se, por um lado, estas se constituíam na mais importante embarcação militar durante aqueles séculos, especialmente da esquadra veneziana, por outro, eram postas à disposição dos seus mercadores conterrâneos para a realização de seus negócios.¹²

Outra prática comum das autoridades venezianas foi a utilização ativa e deliberada de seu poder marítimo para transformar o mercado de Rialto e seu porto no centro de confluência dos fluxos mercantis, fossem: do Golfo de Veneza; das águas do rio Pó; do Adriático; e, até mesmo, como utopia maior, do tráfico entre Ocidente e Oriente. Quanto mais mercadorias convergissem à Veneza, maiores seriam as possibilidades de negócios e de lucros extraordinários, além é claro dos tributos cobrados pela República.¹³

Para que fossem bem sucedidos, eram decisivos o patrulhamento das águas e a capacidade de impor aos demais mercadores das regiões próximas onde deveriam negociar seus produtos. Alguns autores afirmaram inclusive que as relações entre venezianos e germânicos, no que se refere ao acesso à prata na Europa Central, pautou-se em imposições dessa natureza. Se, por um lado, estes tinham que ir a Veneza “apanhar” a seda, as especiarias e o algodão vindos do Oriente, por outro, levavam não somente linho, mas principalmente prata, conforme o estabelecido pelos venezianos.¹⁴ Decerto, em diversos casos, as autoridades de Veneza não

principal inovação do tratado de 1082: a segurança dos homens de negócios de Constantinopla fora destruída, e ao mesmo tempo que os venezianos aparecia a livre concorrência.” (Cavallo, 1998: 160).

- 11 “Naval power facilitated Venetians overseas trade by reducing the risk of loss from attacks on its shipping or the exclusion of its merchants from important markets by unfriendly powers.” (Baskin & Miranti, 1997: 47).
- 12 “A locação dos navios do Estado ia todos os anos a leilão. O patricio adjudicatário do *incanto* recebia dos outros mercadores os fretes correspondentes às mercadorias carregadas. O resultado era a utilização pelo ‘privado’ de instrumentos construídos pelo ‘público’.” (Braudel, 1986: 110). Em resumo, “The city’s large fleet of galleries [was] useful in both war and commerce (...)” (Baskin & Miranti, 1997: 35)
- 13 As palavras de Lane são explícitas a esse respeito, mostrando inclusive que se tratava de um desejo não apenas de Veneza, mas das cidades medievais de um modo geral: “Each medieval city strove to be what was called the staple. This meant that it imposed, on as large an area as feasible, staple rights which required the wares being exchanged between different parts of the region to be brought to the staple city, unloaded there to pay taxes, and offered there for sale.” (Lane, 1973: 62).
- 14 “In order to assure the merchants of Venice a sufficient quantity of gold and silver for their eastern purchases, foreign suppliers, chiefly German, were obliged to sell their bullion and spice exclusively to Venetians at the ‘little bell’ of the Rialto, or directly to the mint, and they were forbidden to re-export it by sea on their own account.” (Day, 1999: 32).

conseguiam subjugar os germânicos, sobretudo os que circulavam mais afastados do Golfo de Veneza, onde o patrulhamento não era tão efetivo. No entanto, ainda assim, havia o peso econômico dos seus mercados: negociar em Rialto muitas vezes era mais interessante do que fazê-lo em outra Praça do Adriático.¹⁵

Grosso modo, Veneza teve mais sucesso nesse tipo de política justamente na região do estuário do rio Pó e em torno do Golfo de Veneza. Essa outra denominação para o Alto Adriático é, aliás, bastante apropriada quando se refere àquele período da história, pois, como afirmou Lane:

The whole of the Adriatic Sea was indeed the Gulf of Venice, and the Venetians undertook to police all of it, to exclude war to fleets except by their permission, and to inspect all merchantmen within its waters to see whether their trade was in accordance with Venetian navigation laws and treaties. However, this did not mean that Venice insisted on being the staple for whole area. Only in regard to the lands around what called the Gulf of Venice and the mouth of the Po was Venice able, after the middle of the thirteenth century, to channel all trade through its own market place. (Lane, 1973: 65)

Esta política de patrulhamento ostensivo não implicava a exclusão dos comerciantes estrangeiros dos mercados de Veneza, sobretudo de Rialto. Ao contrário, exceto em tempos de guerras, os estrangeiros e seus barcos eram bem-vindos e pagavam os mesmos tributos que os locais. Isto, por exemplo, significava que os mercadores Zara (Dalmácia), com as especiarias que conseguiam do Oriente, podiam transacionar com os florentinos os tecidos por estes manufaturados, mas, para tanto, deveriam todos se encontrar nos mercados e feiras de Rialto, “where Venetians could be the **middlemen** and would have a chance **to make a profit on both** cloth and spice.” [grifo meu]. (Lane, 1973: 63)¹⁶

Cabe lembrar que importantes minas de prata haviam sido descobertas no centro do espaço germânico no Século XII. (Lane, 1973: 61).

15 Um caso bastante ilustrativo desse tipo de política veneziana é descrito a seguir: “Direct trade between Dalmatia on the one side and Apulia and the Marches on the other was permitted. In spite of efforts, Venice never succeeded in including Ancona in the territory for which Venice was the staple. After a series of expeditions, commercial wars, and blockades, Venice forced Ancona in 1264 to recognize the Venetian system of staple in regard to its trade to the north. A treaty limited to specified quotas Ancona’s direct shipments of wine and oil to Ferrara and Bologna but left relatively free its trade with Dalmatia and Apulia.” (Lane, 1973: 63).

16 “Venetian merchants calculated profits on it twice, once on their imports and again when they exported or sold to

Por outro lado, contava o fato de Veneza ter uma população relativamente grande e uma vida comercial pujante, o que a tornava um pólo naturalmente atrativo a qualquer mercador interessado em fazer negócios. Constituído-se numa grande cidade medieval, Veneza se transformou num mercado importante aos produtores de grande parte da própria Europa e numa fonte de sofisticados produtos manufaturados vindos de lugares distantes.

Por tudo isso, o mais comum era o deslocamento dos mercadores europeus a Rialto, onde podiam adquirir as tão desejadas mercadorias do Oriente. Fazia parte da política da Sereníssima recebê-los bem, manter as portas abertas aos negócios. Seus clientes preferidos, os germânicos, inclusive se estabeleciam na Cidade.¹⁷

A despeito de sua permissão para circularem pelas Feiras de Champagne, os venezianos não se dirigiam muito ao interior da Europa, como outros mercadores italianos do norte faziam mais ativamente. Isso não significa, no entanto, que não o fizessem.¹⁸

Até o século XIII, sal e grãos foram as mais importantes mercadorias no comércio de Veneza com as regiões vizinhas. No caso do sal, sua produção concentrava-se na região da ilha de Chioggia. Para sua gestão, foi criada a *Camera del Sal*, que regulava de modo monopolista os processos de produção e comercialização. Nela era depositada toda a produção, e as autoridades emitiam autorizações aos exportadores em que ficavam definidos para quem, quando, quanto e a que preço deveria ser vendido. Grande parte das receitas do governo provinha da produção e da comercialização do sal.

such visiting merchants as the Germans. Interruptions of trade were frequent but temporary, making prices jumpy. Whether prices were high or low, the Venetians, being like brokers the men in the middle, took their commissions or found other ways to profit." Lane (1973: 200). Para Braudel, "Não há dúvidas de que se trata de uma política consciente de Veneza, uma vez que a *impõe* a todas as cidades que lhe estão mais ou menos submetidas. Todos os tráficos provenientes de Terra Firme ou destinados a ela, todas as exportações das suas ilhas do Levante e das cidades do Adriático (mesmo que se trate de mercadorias destinadas, por exemplo, à Sicília ou à Inglaterra) devem obrigatoriamente passar pelo porto veneziano." [grifo meu]. Braudel (1986: 110).

17 "(...) é importante notar que os homens de negócios venezianos não vão estabelecer-se na Alemanha, país de seus melhores clientes." (Giordiani, 1997: 226). "Veneza criou até, para os mercadores alemães, um ponto obrigatório de reunião e de segregação, o *Fondaco dei Tedeschi*, em frente à ponte de Rialto, no seu centro de negócios. Era lá que todos os mercadores alemães tinham de depositar suas mercadorias, morar num dos quartos previstos para esse fim, vender sob controle rigoroso dos agentes da Signoria e reutilizar o dinheiro das suas vendas em mercadorias venezianas. (...) Como resistir às tentações de uma cidade situada no centro de uma economia-mundo?" Braudel (1986: 109).

18 "Venetians were one of the twelve groups of Italian merchants with recognized status at the Champagne fairs, though merchant from northwestern Italy [genoveses e milaneses] were naturally the most prominent, especially in the early thirteenth century when the most used route over the Alps left the Po at Pavia and went northwestward over the Great Saint Bernard Pass." Lane (1973: 60).

Além de garantir “poder de mercado” sobre regiões que demandavam sal, Veneza estabelecia o preço que pagava pelo sal em outras regiões produtoras. Quando surgia alguma concorrência, por exemplo, das Cidades de Ravena e Cervia (esta localizada um pouco mais ao sul de Ravena e muito próxima a ela), “Venice could use against them not only its naval power but its leverage as potentially their best customer.” (Lane, 1973: 58). Do ponto de vista da demanda, seu principal comprador era Milão, que geralmente precisava de mais sal do que Veneza era capaz de produzir. Assim, com base na força de suas armas e no “tamanho” de seu mercado, Veneza lucrava duplamente com o sal, na compra e na venda; suas margens de lucro, juntando ambas as operações, tornavam-se consideráveis.¹⁹

A política no caso dos grãos era semelhante. Os venezianos se esforçavam em trazer a produção das regiões próximas do Golfo de Veneza para seu mercado, utilizando-se do poder de coerção de sua frota naval, muito embora nem sempre conseguisse impô-lo.²⁰

As relações comerciais de Veneza com o Oriente, principalmente durante os Séculos XII e XIII, já não ocorriam mais com base no comércio de escravos, cujo principal centro de oferta passaria a ser o Mar Negro, nem com base na exportação de madeira, que havia se tornado menos importante do que a lã, por exemplo. Vale lembrar que os mais importantes espaços de troca eram a România (Império Bizantino), o Levante (Palestina) e o Norte da África (Estuário do Nilo).

A essência de sua atividade mercantil em lugares mais distantes constituía-se numa navegação de cabotagem, em que as rotas eram definidas de modo a se aproveitar ao máximo as oportunidades de negócios nos mais diferentes territórios. O comércio por vezes chamado de triangular foi bastante típico na história de Veneza, como também na de Gênova.²¹

19 Em síntese, “By thus tying up the consumers on the one hand and the producers on the others, Venice controlled a complete cartelization of salt.” (Lane, 1973: 58).

20 De qualquer forma, sua atuação era por demais ostensiva, ou seja: “In the thirteenth century, there were thirteen control points around the lagoons. At each, a half dozen men with two or three vessels inspected all passers to make sure that their cargoes were covered by permits to go where headed. The coast between Grado and Istria was patrolled by a gallery armed at Capodistria, which in 1180 was the main Venetian stronghold in Istria.” (Lane, 1973: 59-60).

21 Janet Abu-Lugod fez uma descrição detalhada desse tipo de “cabotagem” praticada pelos genoveses e, em relação aos venezianos, afirmou o seguinte: “Had we followed Venetian rather than Genoese traders we would have been led on a similarly circuitous route, *dropping off cargo in one place and picking it up for sale elsewhere*, although the stop in Egypt would have probably been preceded by a northern pick-up of slaves from Caucasus, since it was the Italian’s ability to replenish the ranks of the Mamluks that essentially gave them their bargaining power vis-à-vis the Egyptian rulers. To command such supplies, the latter had to ensure a steady and expending volume of spices, as

Nas transações com a região do **Império Bizantino**, o comércio se desenvolveu com base nos privilégios conquistados, como descritos anteriormente. Nesse contexto, os lucros foram consideráveis, já que, desde 1082, com a Golden Bull, os venezianos estiveram isentos das taxas que os próprios mercadores bizantinos eram obrigados a pagar, sendo o preço das mercadorias fixado com base nos custos dos mercadores locais. Ademais, os venezianos introduziram-se no comércio interno do próprio Império, intermediando as relações entre diferentes regiões da România.²² Atender às demandas da capital do Império com diversos produtos ocidentais constituía-se numa das melhores oportunidades de negócios aos venezianos. Mesmo depois do massacre de 1204, Constantinopla permaneceu sendo uma grande cidade para os padrões da Europa medieval, com uma população numerosa e uma manufatura desenvolvida.

Dos principais produtos adquiridos na România e levados a Veneza para serem distribuídos ao resto da Europa, destacam-se: seda crua ou “trabalhada”, alume, cera, mel, algodão, trigo, peles (Mar Negro), escravos (Cáucaso) e vinho (ilhas gregas).

Na região do Levante, a Cidade do Acre era o centro mais importante, principalmente após a retomada da Cidade de Jerusalém por Saladino em 1187, quando se tornou a capital do que restou do Império de Jerusalém e dos demais domínios europeus no Levante (muito embora tenha sido retomada pelos mulçumanos em 1291). Ali, os principais produtos procurados pelos europeus eram: pimenta, canela, cravo, noz moscada e gengibre. Alguns vinham direto da região do Levante, outros das Índias ou do Extremo Oriente. Por sua vez, em contrapartida, os europeus entregavam prata, bronze ou tecidos de lã.

Na Cidade do Acre, pelos serviços prestados nas Cruzadas, os venezianos tiveram ao seu dispor todo um quarteirão. O mesmo aconteceu na Cidade de Tiro, onde possuíam Igreja própria, consulado ou sede de governo, armazéns, saunas, casas de banho e matadouro. Suas casas eram tão grandes que comportavam não apenas seus familiares, como também alojavam (alugavam) parte das dependências aos mercadores com os quais negociavam e trabalhavam.

No porto de Alexandria, os venezianos encontravam mais do que especiarias. No século XII, este foi a principal fonte de alume, açúcar e trigo, além de im-

well as locally manufactured cotton and linen cloth and, as their position deteriorated, raw cotton as well.” (Abu-Lughod, 1989: 124).

22 “They settled at Corinth, for example, to trade in the products going from the Peloponnesus, which the Venetians called Morea, to other parts of Greece.” (Lane, 1973: 69).

portante mercado para madeira, metais e escravos. Todavia, a região do estuário do Nilo apresentava duas desvantagens consideráveis em relação às duas outras saídas para o comércio com o Oriente. Em primeiro lugar, todos os mercadores estavam submetidos a um forte controle do sultão.²³ Em segundo lugar, a outra desvantagem era técnica, em razão dos ventos que dificultavam a navegação, sobretudo em determinadas estações do ano.²⁴

Esse contexto geral nas três regiões mais nobres do tráfico de longa distância se manteve relativamente estável desde o século XI, quando do início da recuperação econômica européia, até a segunda metade do século XIII,²⁵ momento em que houve um fechamento maior dos circuitos do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho, o que ocasionou a concentração das possibilidades de negócios na região da România e, com isso, o acirramento das relações entre Veneza e Gênova.

Depois de quase sucumbir em reiteradas e violentas lutas contra Gênova, Veneza logrou finalmente sua preeminência no Mediterrâneo no final do século XIV. O amplo espectro em que atuavam as Galeras Mercantes venezianas no Mediterrâneo no século XV expõe tal fato. Havia as rotas: das Galeras de Alexandria (região do Egito; destaque para as Cidades Modon, Cândia e Alexandria); das Galeras de Beirute (região da Palestina; Rodes, Famagusta, Tripoli e Beirute); das Galeras de Constantinopla (Mares Egeu e Negro; Negroponte, Constantinopla, Sinope, Trebizonda e Tana); das Galeras de *di Trafego* (Norte da África e Palestina; Túnis, Jerba, Tripoli, Alexandria e Beirute); Galeras de *Barbaria* (Espanha, Mediterrâneo Ocidental e Norte da África; Almeria, Málaga, Melilla, Oran, Argel, Bougie, Bône, Túnis, Tripoli e Saracusa); Galeras de *Aigues Mortes* (Mar Tirreno e Mediterrâneo Ocidental; Messina, Nápoles, Pisa, Toulon, Marselha, Aque Morte, Barcelona e Valência); e as Galeras de Flandres (Mediterrâneo e Canal da Mancha; Palermo, Mallorca, Ceuta, Cadiz, Lisboa, Southhampton, Bruges e Londres).²⁶

23 Esta foi uma região caracterizada pela presença quase que constante de estruturas de poder concentrado, com suas autoridades centrais fortalecidas, com destaque para os Fatímidas (909-1171), Aiúbidas (1169-1252) e os Mame-lucos (1250-1517). Os dois últimos efetuavam políticas bastante ativas em relação aos assuntos econômicos, mais especificamente sobre o comércio.

24 Em suma, "The Venetians capitalized on their privileged status partly by exporting basic commodities including salt, meats, grains, wine, silver, metals, wool and lumber, which they exchange for spices (particulary pepper), silk and precious jewels. Eventually, the imports were disributed throughout Europe either by Venetians or by German merchants who maintained a large *fondaca*, or warehouse, in the island community for commercial transacting." (Baskin & Miranti, 1997: 36).

25 Detalhes sobre o comércio de Veneza com as regiões da România, do Levante e do Norte da África, ver Lane (1973, Capítulo VII).

26 Para maiores detalhes ver os mapas de Lane (1973: 341) e Braudel (1979, vol. 3: 111).

O apogeu desse sistema de Galeras “situa-se provavelmente por volta de 1460, quando a Signoria cria a curiosa linha das *galere di trafego* que acentua a sua pressão sobre o norte da África e o ouro do Sudão.” (Braudel, 1986: 111).

Veneza e a Geografia Monetária do Medievo

Os séculos IX e X foram marcados por um contexto de enorme plethora monetária, decorrente da fragmentação da configuração do poder, quando do fim do Império de Carlos Magno e das invasões sarracenas, magiares e viquingues que se seguiram.²⁷

Num momento seguinte, Séculos XII-XVI, a partir do fortalecimento das autoridades centrais ao longo da Idade Média Plena, cujo resultado foi o aparecimento dos primeiros Estados Territoriais europeus, produziu-se, concomitantemente, um mosaico monetário mais bem definido em comparação à plethora predominante nos séculos IX e X, ou seja: um conjunto de diferentes unidades de conta contíguas e circunscritas, cada qual assentada sobre uma determinada autoridade central, com poder de proclamá-la e reescrevê-la de tempos em tempos, e cujas fronteiras eram, a princípio, exatamente coincidentes às fronteiras políticas da autoridade que a criara.²⁸

Pode-se dizer que o surgimento de tal mosaico foi resultado direto da consolidação dos monopólios da violência e da tributação.²⁹ O fortalecimento do poder soberano permitiu-lhe impor a condição de devedores aos seus súditos, como também determinar a forma como seriam quitadas tais posições passivas e a unidade de conta de tais débitos.

Nesses tempos, as transações comerciais praticadas pelos mercadores da Cidade de São Marco eram liquidadas de modos distintos, dependendo do espaço

27 “Era impossível, entretanto, que a dissolução do Império Carolíngio e a queda da administração monárquica, na segunda metade do século IX, não exercessem a sua influência na organização monetária. (...) No meio da anarquia em que naufragou o poder real, os príncipes feudais usurparam o direito de cunhar moedas. Os reis, por seu turno, concederam-no a muitas igrejas. Com o correr do tempo, houve através de todo o Ocidente tantos denários diferentes em circulação quantos feudos existiam com direito de alta justiça. É óbvio acrescentar que disso resultou uma formidável desordem.” (Pirenne, 1963: 112). Para maiores informações sobre as invasões sarracenas, mariages e viquingues, ver Times (1995: 110-111).

28 “From the thirteenth to the sixteenth century, each zone of sovereignty had its own unit of account, expressing the authority of its prince by being exclusive to that territory.” (Boyer-Xambeau *et. al.*, 1994: 06).

29 Metri (2011).

em que ocorressem, isto é: se dentro da fronteira político-territorial de origem de circulação da moeda *cartal* veneziana; se no circuito de compensação de crédito e débito que se desenvolveu na Europa Ocidental desde as Feiras de Champagne (o mosaico intra-europeu, cujas fronteiras eram semelhantes a do espaço da cristandade ocidental ligado à Igreja Católica de Roma); ou ainda se nas zonas estratégicas do comércio de longa distância, vale dizer, na interface do circuito do Mediterrâneo com os da Ásia Central, do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho (na fronteira entre a cristandade ligada à Igreja Católica de Roma e os povos “bárbaros”).

Nas trocas **para além do mosaico monetário europeu**, prevaleceu a lógica mercantil-monetária do tráfico de cabotagem de longa distância, com base em exportações e importações casadas, intermediadas pelas moedas locais de onde ocorriam geograficamente as trocas. Os documentos históricos encontrados no Cairo sobre o comércio no Mediterrâneo, feitos por mercadores provenientes dos mais diversos lugares, durante os Séculos X-XIII, sistematizados e traduzidos por Goitein (1967), expõem essa lógica.

Uma advertência de um mercador espanhol na Cidade de Tiro no Líbano, feita ao seu sócio no Egito (*Old Cairo*), ilustra o que o autor denominou de *principios dos negócios* do tráfico distante. “Do not let idle with you one single dirhem [moeda local do Cairo à época] of our partnership, but buy whatever God puts into in your mind and send it on with the very first ship sailing.” (Goitein, 1967: 200). Ou seja, na configuração do comércio de longa distância, quando não há uma moeda que se imponha sobre as demais como a de referência, as moedas locais não são objeto de acumulação para o mercador estrangeiro, pois suas validades nominais estão, em geral, no alcance dos instrumentos de tributação da autoridade local que a proclamou. No entanto, elas são o principal instrumento para viabilizar a venda e aquisição das mercadorias próprias ao jogo da cabotagem de longa distância. Por isto, a orientação do mercador espanhol ao seu sócio para se desfazer da moeda local do Cairo, cuja finalidade restringia-se a adquirir a mercadoria local a ser revendida alhures.

Os metais entregues como contrapartida das cobiçadas mercadorias vindas do Oriente não possuíam nenhum valor nominal (*cartal*) e, portanto, não eram moedas. Veneza teve assim que se empenhar em oferecer bens que fossem do interesse dos “povos distantes” para adquirir a seda, as especiarias e demais produtos desejados.³⁰

30 Na passagem a seguir, além de tratar da referida lógica, o autor esclareceu o papel conferido aos metais nesse

Lopez e Raymond (1955) organizaram e traduziram uma vasta documentação sobre o comércio no Mediterrâneo no período medieval. Disponibilizaram, por exemplo, fragmentos de um manual de práticas comerciais, compilado por um veneziano desconhecido por volta de 1345, onde se aborda, dentre outras coisas, a questão das diferentes unidades (de peso, tamanho e valor) utilizadas em diversos mercados exteriores (inclusive não cristãos) e suas respectivas correspondências quando havia. É bastante ilustrativo o caso descrito das mercadorias negociadas por venezianos na região do Baixo Volga, Norte do Mar Cáspio, em Astracã e Sarai Batu, então capital do Canato de Horda Dourada (Kipchak).³¹ De acordo com o manual, “(...) payments are made in silver *tamgha* [moeda de conta Kipchak], which is their coinage. And for one *sumo*, 120 *tamgha* are counted [*sumo* é equivalente monetário da *tamgha*, da mesma forma que o *real* são dos *centavos*].” (Lopez & Raymond, 1955: 153). Citam como exemplos o papel em resma, vendido e pago em *sumi*; e, as peles de cavalo, negociado em *tamgha*. (Lopez & Raymond, 1955: 153). Ou seja, o que o manual de práticas comerciais venezianas revela é que, para comprar e/ou vender na região da Foz do Volga no Mar Cáspio, portanto fora do espaço *cartal* veneziano e do mosaico monetário europeu, os mercadores da Cidade de São Marco eram obrigados a negociar na moeda de conta local (*tamgha*) onde ocorria a troca. Portanto, em Astracã, não há registros de escambo, tampouco de circulação de letras de câmbio ou da moeda veneziana.

Em alguns casos mais específicos, como, por exemplo, nas relações entre venezianos e bizantinos em determinados momentos, estas se deram com base na moeda *cartal* de Bizâncio (Abu-Lughod, 1989: 67), já que alguns mercadores venezianos residiam em Constantinopla e pagavam tributos ao Imperador, além de Veneza ter sido parte do Império durante séculos.

Do ponto de vista do **conjunto** das ilhas monetárias que foram se formando ao longo dos séculos XI a XV na Europa Ocidental, as transações econômicas que ultrapassavam os diferentes *espaços-soberanos*, qualquer que fosse sua natureza,

circuito e reafirmou a inexistência de relações de escambo. “The very technique of trading was governed by this principle. One ordered “exchange goods” when shipping a merchandise to another country, such as wool, flax, and cinnamon to be bought in Egypt against silk robes, silver, scammony, and saffron sent there. One would “offer” a Western commodity such as silk “against” an Oriental product such as tamarind, or buy oil in Tunisia with the money from the sale of lacquer sent there. But nowhere do we read in the Geniza documents about outright barter. All transactions are expressed in monetary values [moeda de conta]. We must, of course, remember that gold and silver coins were regarded also as goods in those days and, under certain circumstances, trade as such.” [grifo meu]. (Goitein, 1955: 200)

31 “Horda Dourada, 1226-1502: Sul da Rússia, Sucessor dos Conquistadores Mongóis” (Times, 1995: 133)

tiveram que lidar cada vez mais com a conversão monetária, isto é, de operar com distintas unidades de conta que denominavam diferentes instrumentos de débitos e créditos. Em outras palavras, as atividades econômicas passaram a envolver naturalmente operações cambiais.

Foram as letras de câmbio o mais importante e difundido instrumento monetário para se lidar com os problemas de conversão inerentes ao contexto de um mosaico de unidades de conta. O importante a se depreender é que a letra de câmbio, que se desenvolveu e se espalhou pela Europa a partir o século XII, permitiu o desenvolvimento de formas de enriquecimento através da arbitragem monetário-financeira. A letra de câmbio não se resumia a uma técnica monetária de auxílio às trocas que exigiam conversão cambial, tampouco se constituía em mais um instrumento de crédito dentre tantos que estavam se desenvolvendo naquele momento histórico. Seu caráter esteve também ligado às práticas estritamente de arbitragem características daqueles tempos, próprias dos antigos “mercados de câmbio” de outrora, já organizados com base em grandes redes de desconto e liquidação de créditos e débitos emitidos em diferentes espaços e em diferentes moedas de conta. Uma rede que, para alguns, propiciava uma estratégia de acumulação de riqueza em forma abstrata, baseada exclusivamente no jogo de compensação e liquidação de posições passivas.³²

O cerne de sua habilidade de valorizar a sua riqueza estava em sua capacidade de se posicionar favoravelmente no que se referia às diferenças entre as taxas de conversão cambial inerentes aos contratos daquele instrumento monetário, ou seja, entre as taxas de conversão das unidades de conta presentes nas operações que envolviam as letras de câmbio.³³

Apesar de não atuarem tão intensamente quanto seus rivais genoveses e florentinos nas principais feiras e praças financeiras européias, os mercadores venezianos também participaram do jogo da *exchange per arte* (que se desenvolveu ao longo das Idades Médias Plena e Tardia, mas cuja plenitude foi alcançada somente no século XVI). Veneza era a praça principal para aqueles que ansiavam por realizar transferências de recursos (créditos) relacionados ao comércio com o Oriente.³⁴

32 Para Maiores detalhes ver Boyer-Xambeau *et. al.* (1994) e Metri (2011).

33 “Because it [the bill of exchange] was based in the combination of several exchanges, the enrichment of the exchange banker depend on the relationship between their rates.” (Boyer-Xambeau *et. al.*, 1994: 83)

34 “Compared to other cities of the time, Venice had relatively good banking facilities and this, combined with its long-established commercial connections, made Venice one of Europe’s most important financial centers, especially for the transfer of funds internationally through bill of exchange. (...) Venice was the favorite clearing house of settling

A Cidade de Ragusa, por exemplo, se utilizava dos serviços de banqueiros venezianos para realizar pagamentos aos seus embaixadores em Nápoles, assim como a Cúria Papal recorreu aos banqueiros da Sereníssima República para transferir os recursos necessários para a vinda de seus inúmeros embaixadores, espalhados por toda Europa, para participarem do Concílio de Trento. (Lane, 1973: 330)

Ainda de acordo com Lane, as oportunidades de ganhos com a circulação das letras de câmbio em Veneza não se limitavam aos serviços de transferência de fundos, “but also from the interest charges reflected in the prices of Bill of exchange.” (Lane, 1973: 330). Relacionados a estas formas de ganhos financeiros, estava a *exchange per art*. Havia os também tradicionais empréstimos por meio da emissão de letras de câmbio (Lane, 1973: 146).

Do ponto de vista **individual** de cada território monetário (*cartal*), ao longo dos séculos XI a XV, consolidou-se um padrão monetário (moeda de conta) que passou a servir de referência geral para avaliação da riqueza. Assim como ocorreu de um modo geral para o restante da Europa Ocidental ao longo das Idades Médias Plena e Tardia, a moeda veneziana também foi uma construção do poder político soberano, no caso, da Sereníssima República de Veneza. Sua experiência particular, enquanto um *império de bases navais*, não alterou em nada o fato de que todo padrão monetário depende de uma vontade soberana em declarar a moeda de conta válida no alcance de seus instrumentos de tributação ou, em outras palavras, no espaço em que exerce algum tipo de poder e dominação, impondo assim a condição de devedor aos demais, de modo a definir a forma de liquidação de tais posições passivas. A moeda da Sereníssima República também se constituiu numa moeda *cartal*, como será analisado na próxima seção.

A Moeda Veneziana e seu Processo de Internacionalização

A história monetária de Veneza, além de ajudar a evidenciar o caráter *cartal* de sua moeda, revela também a sua primazia já no Século XIII e, de forma ainda mais expressiva, no Século XV. O sucesso de sua estratégia no jogo da acumulação de poder característico daqueles tempos teve implicações sobre o alcance e a natureza *expansiva* de sua moeda.

accounts between northern trade centers and Italian cities.” [grifo meu]. (Lane, 1973: 146-147)

Nessa perspectiva, o momento decisivo foi durante o governo do famoso Doge Henrique Dandolo (1192-1205), que, num de seus primeiros atos, realizou uma reforma monetária das mais importantes.³⁵ Porque os valores das moedas de *grossus* não eram adequados às trocas mais comuns da vida cotidiana (transações de varejo), o Doge Henrique Dandolo criou também uma segunda moeda de conta, o *piccolo*, e estabeleceu a sua taxa de conversão em relação ao *grossus*. A relação entre as duas moedas de conta alterou-se ao longo do tempo: inicialmente, cada *grosso* valia 26 *piccoli*; em outro momento, 01 *grosso* passou a valer a 32 *piccoli*.³⁶ O doge veneziano escreveu seu dicionário usando como referência o soldo carolíngio, pois manteve a repartição monetária da moeda de conta de Carlos Magno. (Pirenne, 1963: 117)

No caso, a decisão relevante é a denominação de débitos do soberano (moeda) com base na unidade de conta criada por ele, aceitos para liquidação das posições passivas (tributárias) dos súditos. A reforma monetária veneziana não foi diferente. A despeito de interpretar os fatos histórico-monetários a partir de um ponto de vista distinto (metalista), Frederic Lane corrobora essas pistas na seguinte passagem: “**Government obligations and international transactions were recorded in a money of account based on the grosso. A lira di grossi meant 240 of those big silver coins.**” [grifo nosso]. (Lane, 1973: 148)

Chama-se atenção a esse ponto: a denominação de suas obrigações com a moeda de conta criada por ele (doge) obrigava todos venezianos e aqueles que operavam em seus espaços de dominação a operar com base em *grossus*. Tal aspecto também valia aos que fossem a Rialto ou aos que fossem tributados ao longo do circuito mercantil dominado pela esquadra da Sereníssima República.

O ponto é que Henrique Dandolo assumiu o governo quando a cidade acabara de ser excluída dos mercados do Império Bizantino, sobretudo da rica capital Constantinopla (nos anos de 1070 e 1080). Por esta razão, o Doge se empenhou para que as frotas de Veneza e as demais forças da Quarta Cruzada se dirigissem em 1204 para a Capital do Império Bizantino.

Não é por coincidência que a expressiva vitória militar-diplomática do Doge Henrique Dandolo e das demais forças cruzadas, nada menos do que tomar uma

35 “No fim do século XII, a desordem monetária chegara a tal ponto que se impunha uma reforma. É significativo o fato de Veneza, a praça do comércio mais importante daquele tempo, haver tomado a iniciativa. Em 1192, o doge Henrique Dandolo mandou emitir na referida cidade uma moeda de tipo novo, o *gros* ou *matapan*, que pesava pouco mais de dois gramas de prata e valia 12 denários antigos.” (Pirenne, 1963: 116)

36 “A second money of account was formed by calling 240 small pennies a *lira di piccolo* and 12 small pennies a *soldo di piccola*.” (Lane, 1973: 148)

das cidades mais ricas da Idade Média (Constantinopla) e ali criar vantagens aos mercadores venezianos em termos de monopólios comerciais, excluindo seus rivais, tenha sido seguida da ampla difusão e uso de sua moeda de conta, o *grossus*, como a de referência em grande parte das transações praticadas pelos mercadores ocidentais que desejassem acessar os produtos do Oriente.

Desconsiderando, mais uma vez, a interpretação de Frederic Lane sobre assuntos monetários e observando apenas suas contribuições históricas, pode-se notar que a moeda cunhada pelo Doge Dandolo para financiar os gastos venezianos com a IV Cruzada foi a que justamente “(...) gained wide currency throughout the eastern Mediterranean. Venetians paid for eastern imports by sending out bags of grossi and silver bars refined to the same degree of fineness and so stamped by the mint.” (Lane, 1973: 148)³⁷

Enquanto fato histórico, as palavras de Pirenne apontam para a mesma direção. “O *gros* veneziano correspondia tão bem ao desejo dos mercadores que foi logo imitado nas cidades da Lombardia e da Toscana.” (Pirenne, 1989: 117)

Em resumo, a ruptura com Constantinopla no final do Século XII levou a proclamação de uma nova moeda em Veneza, e o sucesso da República em seus movimentos político-militares no início do Século XIII acarretou a expansão do espaço de circulação e validade de sua nova moeda, a ponto de torná-la a referência para os europeus no Mediterrâneo e na própria Europa.

Em 1284, Veneza passou a cunhar moeda de ouro. Os historiadores geralmente atribuem enorme importância a esse fato, considerando-o como um avanço em relação à cunhagem de prata, iniciada com o Doge Henrique Dandolo na reforma monetária de 1192.

É certo que, do ponto de vista mercantil, os europeus sempre foram reféns da oferta de metais para permitir a sua troca com os produtos do Oriente, pois estes eram amplamente demandados. Portanto, a oferta de metais, tanto a prata proveniente do centro da Europa, quanto o ouro adquirido no norte da África, era imprescindível aos europeus. No entanto, estas pertenciam a uma lógica mercantil-monetária de cabotagem de longa distância em que os metais fluíam em forma de lingotes sem qualquer relação com a moeda de conta de origem. As transações ocorriam, na verdade, com referência à moeda local.

37 Para o historiador, diferente do que é aqui argumentado, o sucesso da moeda veneziana nas relações internacionais com o Oriente não ocorreu porque os venezianos monopolizaram uma das zonas mais importantes do comércio com o Oriente depois da Quarta Cruzada, criando assim uma comunidade de pagamentos fechada em sua moeda de conta, mas, sim, “Because it [a sua moeda] was kept at uniform weight and fineness (...)”. (Lane, 1973: 148).

Para Braudel, o fato de Veneza ter tardado a cunhar moedas de ouro é um sinal claro de seu atraso em relação às suas rivais Gênova e Florença.³⁸ Para Pirenne, não foi nem Gênova, nem Florença, tampouco Veneza, a primeira cidade a cunhar moedas de ouro.

Em 1231, Frederico II mandou cunhar no reino da Sicília as admiráveis ‘Augustais’ de ouro, que são a obra-prima da numismática medieval, cuja difusão, porém, **não** conseguiu ultrapassar as fronteiras da Itália do Sul. A emissão por Florença dos primeiros florins (fiorino d’ouro) (...) abriu resolutamente, em 1252, o caminho à expansão do numerário de ouro no Ocidente. Gênova veio logo depois, e, em 1284, Veneza proporcionou, com o seu ducado ou zecchino, uma réplica do florim. [grifo meu]. (Pirenne, 1963: 118)

O mais revelador das passagens de Pirenne e Braudel não são suas interpretações históricas controversas, mas a indicação de que, na prática, não bastava “inovar” no que se refere a assuntos monetários para garantir que uma moeda fosse referência nos circuitos de comércio internacional e/ ou nas praças e feiras medievais. Em assuntos monetários, existe algo que está além da dimensão econômica, das inovações ou da “reputação” e da “credibilidade”. O rei da Sicília não dominava nem o “jogo” de compensação das mais importantes feiras medievais, como fizeram Florença e Gênova, tampouco as zonas estratégicas do comércio de longa distância, Levante, Constantinopla e Alexandria, como fizeram Gênova e, em especial, Veneza. Portanto, sua inovação monetária de nada lhe serviu do ponto de vista da ascensão de sua moeda de conta como referência nos circuitos do Mediterrâneo e da Europa Ocidental.³⁹

O sucesso militar veneziano nos séculos XIII e XV foi o que permitiu a ascensão de sua moeda de conta nas relações dos europeus com o Oriente. E, assim

38 “Muito freqüentemente até, não foi Veneza que esteve nas origens das verdadeiras inovações. (...) Não é ela a primeira a cunhar moeda de ouro, mas Gênova, no princípio do século XIII, depois Florença, em 1250 (o ducado, em breve chamado *cequim*, só aparece em 1284).” (Braudel, 1986: 112).

39 A importância do ouro e, com efeito, o desejo de entesourá-lo advinha de seu elevado valor enquanto mercadoria e de sua aceitação pelos mercados do Oriente enquanto tal. Cunhar ouro em detrimento de outros metais para ser utilizado no tráfico de longa distância significava tão somente oferecer uma mercadoria com maior valor, o que permitia, por conseguinte, trocá-la por uma quantidade maior de produtos orientais por intermédio das moedas proclamadas pelas autoridades locais. Dessa forma, não representava uma inovação monetária, como interpretam alguns autores.

como se sucedeu depois da conquista de Constantinopla em 1204, a passagem do século XIV ao XV assistiu a desdobramentos semelhantes: da conquista militar à dominação mercantil e, por conseguinte, a transformação de sua moeda como referência no circuito do Mediterrâneo Oriental. Mais uma vez, repetia-se a seqüência lógica. Posteriormente à supremacia naval de Veneza no Mediterrâneo, ilustrada pelo amplo predomínio de suas frotas de Galeras, depois da “Guerra de Cem Anos Italiana” entre Gênova e Veneza, seguiu-se o sucesso comercial de seus mercadores. A partir de então, ou seja, estabelecido seu domínio militar no Mediterrâneo e sua preeminência mercantil, qualquer outro grupo de mercadores europeus que desejasse participar das trocas com o Oriente pelo Mediterrâneo era obrigado a operar com base na moeda veneziana. Partiu-se da vitória na guerra ao topo da hierarquia monetária, passando, com efeito, pelo domínio mercantil.

Segundo um manual escrito em 1442, pelo florentino Giovanni di Antonio da Uzzano, denominado *La pratica della mercatura*, o uso da moeda veneziana havia se difundido amplamente naqueles tempos pela Europa, ultrapassando suas fronteiras políticas de origem.⁴⁰

De acordo com Lopez e Raymond (1955), a equivalência que caracterizava o sistema monetário veneziano não fora utilizado por completo por nenhuma cidade ou estado. No entanto, seus fragmentos o eram, ou seja: “the Venetian ducat was used in letters of exchange drawn on Barcelona, Bruges, and London, but the Venetian pound groat was used in letters drawn on Paris and Florence.” (Lopes & Raymond, 1955: 147).⁴¹

40 “Exchange on Barcelona are quoted in [so many] shillings Barcelonese per [Venetian] ducat; on Bruges, in so many [Flemish] groats per [Venetian] ducat; on London, in so many sterlings per [Venetian] ducat; on Paris, in so many Venetian groats against franc; on Florence, in so many Venetian pounds, shillings, and deniers [groats] per [Florence] pounds groat a fiorini; on Bologna, in so many [units] per hundred [Venetian units]. Similarly, exchanges on many other places are quoted in so much [foreign currency] per [Venetian] ducat or so much per [Venetian] pound, or in much [Venetian currency] per silver of the standard [of the place] where the payment is made...” (in: Lopez & Raymond, 1955: 149).

41 Muito embora reflita a partir de outra perspectiva, as palavras de Braudel atestam o domínio da moeda veneziana ao longo da Idade Média, no exato momento de seu sucesso nos conflitos político-militares. “E toda a economia monetária vitoriosa não tende a substituir a moeda dos outros pela sua própria moeda – decerto que uma espécie de tendência natural, sem que haja nisso uma manobra intencional da sua parte? Assim é que, já no século XV, o ducado veneziano (então moeda real) substituiu os dinares de ouro egípcios, e o Levante logo se enche de moedas brancas da Zecca de Veneza enquanto não chega, com as últimas décadas do século XVI, a inundação das moedas de oito espanholas, batizadas depois de piastras, que são, à distância, as armas da economia européia diante do Extremo-Oriente.” (Braudel, 1986: 170)

Essa posição de destaque da moeda veneziana tinha relevância apenas aos mercadores europeus, que, para participar das trocas com o Oriente eram compelidos a operar nos circuitos dominados pela Sereníssima República, com base portanto na moeda veneziana. No caso dos não-europeus que estavam do outro lado da zona estratégica do comércio do Mediterrâneo, porque os instrumentos de tributação venezianos não se impunham, em razão dos próprios limites do poder naval da República, as transações ocorriam com base na *lógica mercantil-monetária da navegação de cabotagem de longa distância* descrita anteriormente.

Conclusão

O enriquecimento acelerado da Sereníssima República de Veneza no jogo mercantil do medievo teve como fundamento a força de sua esquadra e do sistema de entrepostos e bases navais por ela edificado. O ponto central foi que, com base na atuação direta e na violência de sua força naval, sobretudo no contexto das disputas político-militares de que participou, pôde reivindicar e construir posições privilegiadas no comércio de longa distância, dominando os fluxos mercantis do Adriático em toda sua extensão, além de consolidar sua preeminência no Mediterrâneo no Século XIII, depois da IV Cruzada (1204), e novamente no Século XV, depois de sua “Guerra de Cem Anos” contra a Cidade de Gênova. Esses privilégios comerciais permitiram lucros extraordinários, que perduraram enquanto foi capaz de defender suas posições estratégicas. Nesse contexto, valeu-se também ostensivamente das operações de saque e pirataria; exerceu controle direto do comércio de alguns produtos estratégicos (como, por exemplo, sal e grãos); e impôs o mercado de Rialto como o ponto de convergência de diversas rotas mercantis que operavam entre o Oriente e a Europa Ocidental.

Do ponto de vista monetário, a primazia veneziana no circuito da Europa Ocidental também deve ser analisada como desdobramento de sua estratégia de poder naval, com base na qual se estabeleceu uma rede de entrepostos marítimos, égide, por sua vez, do seu sistema de pagamentos, em cujo centro estava sua moeda de conta. Foi por esta razão, ou seja, como contrapartida de um sistema de pagamentos associado à rede de entrepostos comerciais direcionada para Rialto, que o *gros* veneziano ascendeu a uma posição destaque no “mundo dos negócios” da Europa Ocidental durante as Idades Médias Plena e Tardia. Não decorreu, com

efeito, da reputação ou da credibilidade do Doge, muito menos do tipo de metal utilizado pela República na emissão de sua moeda.

Em outras palavras, a ascensão da moeda veneziana a uma posição de destaque nas trocas do Mediterrâneo no medievo ocorreu com base em outros fundamentos e lógica do que sugere a literatura convencional (metalista): se iniciou primeiramente com as vitórias naval-militares; em seguida, vieram os espólios que assumiam, na maior parte das vezes, a forma de privilégios comerciais (sempre na direção do monopólio); por fim, edificou-se um sistema tributário (com efeito, de pagamentos) sobre a circulação de mercadorias, em cujo centro se encontrava a moeda de conta de Veneza, referência obrigatória para o conjunto de mercadores que circulavam pela seu sistema de entrepostos no Mediterrâneo.

Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Janet L. (1989), *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, Oxford University Press, New York, 1989.
- BASKIN, Jonathon Barron & MIRANTI Jr., Paul J. (1997), *A History of Corporate Finance*, Cambridge University Press, New York, 1997.
- BOYER-XAMBEAU, Marie-Thérèse et. al. (1994), *Private Money and Public Currencies: The 16th Century Challenge*, M. E. Sharpe, New York, 1994.
- BRAUDEL, Fernand (1979a), *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*, vols 01, 02 e 03. Editora Martins Fontes, São Paulo, 1997.
- CAVALLO, Guglielmo (org), *O Homem Bizantino*, Editora Presença, Lisboa, 1998.
- DAY, John (1999), *Money and Finance in the Age of Merchant Capitalism*, Blackwell Publishers Ltd., Oxford, 1999.
- DOTSON, John E. (2001), Foundations of Venetians Naval Strategy from Pietro Orseolo to the Battle of Zonchi: 1000-1500, *Viator: Medieval and Renaissance Studies*, vol. 32, Center for Medieval and Renaissance Studies, University of California, LA, (2001).
- ELIAS, Norbert (1939), *O Processo Civilizador*, Vol. 02: *Formação do Estado e Civilização*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993.
- FIORI, José L. da C. (2004), Formação, Expansão e Limites do Poder Global, in: FIORI, José L. da C. (org.) *O Poder Americano*, Editora Vozes, Petrópolis, 2004.
- GOITEIN, S. D. (1967), *A Mediterranean society: the Jewish communities of the Arab word as portrayed in the documents of Cairo Geniza*, Volume I: Economic Foundations. University of California Press, Los Angeles, 1999.

- KNAPP, G. F. (1905), *The State Theory of Money*, Simon Publications, San Diego/CA, 2003.
- LANE, F. C. (1973), *Venice: a Maritime Republic*, The Johns Hopkins University Press, London, 1973.
- LOPEZ & RAYMOND (1955), *Medieval Trade on the Mediterranean World: illustrative documents*, Columbia University Press, New York, 2001.
- METRI, M. (2011), A Formação dos Estados Territoriais, o Mosaico Monetário e a Acumulação Financeira na Europa Ocidental na Passagem da Idade Média para a Moderna, in: MARTINS e SOIHET (orgs), *Encontros entre Economia e História*, Editora Multifoco, Rio de Janeiro, 2011.
- METRI, M. (2012), Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central, *Revista Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 33 n.2, p. 397-422, nov. 2012.
- PERROY, E. (1953b), A Idade Média: Os Tempos Difíceis (Fim), vol. 8, in: CROUZET, M. (org.), *História Geral das Civilizações*, Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1994.
- PIRENNE, H. (1963), *História Econômica e Social da Idade Média*, Editora Mestre Jou, Lisboa, 1984.
- THE TIMES (1995), *Atlas da História do Mundo*, Folha da Manhã S.A., São Paulo, 1995.
- TILLY, Charles (1996), *Coerção, Capital e Estados Europeus*, Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.